



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Especialização em Direitos Humanos e Saúde



Curso de Especialização em Direitos Humanos e Saúde (2022)

Módulo: Construção do SUS – a expressão de um desejo

Professores: Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos e Rosangela Gaze

Especializanda: Taisa Alves Dias Martins

Impactos negativos da escassez de políticas de acesso à identificação civil

O texto *NÃO CIDADÃOS BRASILEIROS – Crime do Estado Contra os Direitos Humanos* (Rosangela Gaze¹, 14/04/2022) propõe ao leitor reflexões sobre o agravamento da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social, por conta de um apagamento social, e retirada de seus direitos básicos, por não possuir uma identidade civil e/ou outros documentos necessários que garantem ao cidadão o direito de existir. Alerta sobre os impactos negativos na vida e construção de subjetividade deste indivíduo com a escassez de políticas que proporcionam fácil acesso a esses serviços essenciais. É possível realizar tal leitura de maneira fluida e contínua, por se tratar de uma linguagem clara e objetiva.

Um dos pontos que chamam a atenção para a leitura é a utilização da expressão “Crime do Estado contra os Direitos Humanos” como denúncia, para exemplificar e esclarecer que não somente se refere a mortes decorrentes de omissão do Estado na diminuição dos impactos resultantes de desastres físicos e pandemias, mas também da violência propagada aos “Não-cidadãos”. Estas pessoas, sem direito de existir por não possuírem documentos que comprovem seu registro, são vítimas de um crime tão brutal quanto outras mazelas que assolam a população brasileira cotidianamente.

É possível alguém recorrer aos seus direitos, ou lutar para que sua prole tenha assistência básica, quando se tira o direito desta mãe/família/indivíduo de se sentir pertencente de algo? Como quando o indivíduo é impedido de contar sua história, pois não se encontra na base de dados do SINASC-Sistema Nacional de Nascidos Vivos do Ministério da Saúde, ou até mesmo no Sistema de Registro Civil – SRC, sendo realidade dos quase três milhões de

¹ Médica sanitária, professora do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva-UFRJ

brasileiros indocumentados, sem registro de nascimento conforme dados obtidos pela PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras do Domicílio/ IBGE em 2015.

Uma das críticas apontadas pela autora, no decorrer da leitura, se refere ao custo financeiro para provimento de tais documentos e emolumentos, tendo sido determinada gratuidade na Magna Carta/1988 e na Lei 9.534/1997 para os reconhecidamente pobres. Contudo, outro ponto importante ressaltado, a partir da leitura, está na dificuldade de fornecer informações acessíveis e adequadas a esses cidadãos, com mensagem clara, de modo a diminuir a barreira social imposta a eles, tornando sua existência possível, garantindo plenos direitos universais. Esta prática deve ser revisada, e contestada quanto à eficácia de sua aplicabilidade, principalmente pelos Órgãos Públicos, que fornecem este tipo de serviço, alertando principalmente os profissionais responsáveis por trabalhar em prol da garantia da seguridade social.

“NÃO CIDADÃOS BRASILEIROS” - Leia o texto completo [aqui...](#)